

O REVIVER CENTRO E ALGUMAS ANUNCIACÕES SOBRE O ESPAÇO URBANO CONTEMPORÂNEO DO RIO DE JANEIRO/RJ¹

Alicia N. G. de Castells (UFSC/Brasil)

Diego Pontes (UFSC e UERJ/Brasil)

Resumo

As narrativas encontradas em uma gama de estudos antropológicos, literários, historiográficos e urbanísticos sobre a cidade do Rio de Janeiro, Brasil, apontam para ambivalentes processos de transformações em suas paisagens urbanas, sobretudo a partir do século XX. Alicerçada em complexas dinâmicas sanitaristas e excludentes, a cidade passou por um caleidoscópio de arbitrárias reconfigurações e reformas que deslocaram os sentidos atribuídos ao seu cotidiano e a própria ideia de vida urbana que nele se desenha. Desse modo, este trabalho tem por objetivo aprofundar o olhar sobre o centro do Rio de Janeiro pelo recorte de suas transformações atuais por meio da análise do *Reviver Centro*, anunciado como um promissor plano de recuperação urbanístico, cultural e econômico da região central. O projeto foi lançado e apresentado à população em julho de 2021 em cerimônia oficial em um centro cultural na Lapa, tradicional bairro do Rio, contando com a presença do prefeito Eduardo Paes e outras autoridades políticas e empresários locais. O plano tem por meta, por meio da isenção tributária e incentivos fiscais, o “renascimento” do centro estimulando a especulação imobiliária e mirando enfaticamente o turismo, a mobilidade urbana, a criação de novas áreas verdes e, conforme apresentado, “a ativação do espaço público através da arte”. Dentre os objetivos do projeto, destaca-se a revitalização de áreas que compõem o centro do Rio de Janeiro, que seriam transformadas em “espaços mais seguros”, acessíveis e atrativos para moradores, comerciantes e a circulação de turistas. Por essa direção, este trabalho busca refletir sobre um plano que se anuncia baseado em um discurso alicerçado na promoção de uma concepção de “cidade sustentável”, onde exaltam-se a melhoria da qualidade de vida, a recuperação do patrimônio histórico, arquitetônico e cultural. Assim, como visto, as narrativas direcionam um projeto que visiona novos investidores e moradores com destino ao centro da cidade, local que concentraria trabalho, comércio, habitação e lazer. Brotam, com isso, expectativas e especulações de um renascer mirando a projeção de um potencial movimentado mix cultural a partir da implementação do *Reviver Centro*, aquecendo o mercado imobiliário, o turismo e as marcas das desigualdades que envolvem o espaço aqui investigado.

Palavras-chave: *Reviver Centro*; Transformações urbanas; Turismo.

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA (2024).

O alavancar do centro do Rio de Janeiro proposto pelo projeto *Reviver* literalmente produz ruídos. Como sabemos, as análises de projetos que reconfiguraram os centros de algumas cidades brasileiras, com as devidas ressalvas contextuais, apontam para efeitos ambivalentes e paradoxais na vida urbana (Rezende, 1982; Rodrigues, Oakim, 2015). Uma das vias analíticas possíveis, considera esse conjunto de transformações estratégicas que são calcadas no “nascimento” de novos usos do espaço, gerando, dessa forma, expectativas de novas oportunidades econômicas e culturais, bem como um olhar para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida descritas em arbitrários *rankings* vinculados ao marketing turístico. Por esse atalho, destacam-se elucidações que apreendem os impactos dessas mudanças e as reconfigurações do espaço e da vida urbana, causando a expulsão e a remoção de determinadas práticas e moradores mais pobres e, de forma violenta e impositiva, a atribuição de novos valores à cidade.

Com isso, podemos notar tensões e conflitos que se articulam no espaço urbano. A disputa pelos espaços da cidade e a *guerra dos lugares* (Rolnik, 2019), nos mostram justamente uma dissonante polifonia urbana a respeito da ideia de desenvolvimento, planejamento e quanto às especulações que orientam a construção e uma concepção específica de cidade. Entre os múltiplos desafios que se apresentam, algumas perguntas que devemos nos fazer sugerem a atenção às exclusões comumente envolvidas nesses processos: a que preço essa retomada dos investimentos no centro promete acontecer? Quais visões de cidade estão em jogo nos atritos, disputas e negociações entre os diferentes grupos, atores e interesses? Quais expectativas e especulações acerca do centro do Rio emergem das anunciações sobre esse espaço?



Figura 1 - Perímetro contemplado pelo *Reviver Centro*. Fonte: Site da Prefeitura do Rio.

Anúncios sobre a cidade a partir do *Reviver Centro*

As narrativas encontradas em uma gama de estudos antropológicos, literários, historiográficos e arquitetônicos sobre a cidade do Rio de Janeiro apontam para ambivalentes processos de transformações em suas paisagens urbanas, sobretudo a partir do século XX. Alicerçada em complexas dinâmicas sanitaristas e excludentes, a cidade passou (e ainda passa) por significativas reconfigurações e reformas urbanas que deslocaram os sentidos atribuídos ao seu cotidiano e a própria ideia de vida urbana que nele se desenha. (Rezende, 1982; Broca, 2005; Oakim, 2014)

Desse modo, estas reflexões têm por objetivo aprofundar o olhar sobre o centro da cidade do Rio de Janeiro pelo recorte de suas transformações atuais, considerando a análise do anunciado plano de recuperação urbanístico, cultural, social e econômico da região central, nomeado *Reviver Centro*. Contando com a presença do prefeito Eduardo Paes e outras autoridades políticas e empresários locais, em uma espécie de pacto de homens, o projeto foi lançado e apresentado à população em julho de 2021 em cerimônia oficial no *Rio Scenarium*², localizado na Rua do Lavradio, no bairro da Lapa.

A imprensa local noticiou com louvor e entusiasmo as melhorias que estariam porvir com o projeto de recuperação de uma área marcada por problemas urbanos históricos, como violência, insegurança, abandono e degradação do patrimônio, além do recente esvaziamento desencadeado pela pandemia de *Covid-19*. Segundo as reportagens da época em diferentes jornais de ampla circulação, as estratégias destinadas aos recentes investimentos dariam nova vida ao centro e entregaria benefícios para a região e a população carioca.



Figura 2 - Lançamento do *Reviver Centro*. Fonte: Jornal *O Globo*, 2021.

² Cabe pontuar que o *Rio Scenarium* se apresenta como um “pavilhão de cultura” localizado na Rua do Lavradio, na Lapa, onde ocorrem eventos e, comumente aos sábados, rodas de samba que movimentam a rua. O espaço aparece na etnografia de Natália Fazzioni (2014), que entrevistou um de seus empresários e idealizadores, bem como seu papel na retomada da Lapa como rota cultural no centro do Rio de Janeiro a partir dos anos 2000.



Figura 3 - Evento na Rua da Carioca e o brinde ao futuro Polo Cervejeiro. Fonte: Marcelo Piu.

Como anunciado, o plano vislumbra, por meio da isenção tributária e incentivos fiscais, o “renascimento” do centro estimulando a especulação imobiliária mirando enfaticamente nas atividades econômicas do turismo. Outras metas traçadas dizem respeito à mobilidade urbana, à criação de novas áreas verdes e, conforme destacado, à efervescência do espaço público por meio da arte. Dentre os objetivos do projeto, destaca-se a revitalização de áreas que compõem o centro do Rio de Janeiro, que seriam transformadas em espaços mais seguros, acessíveis e atrativos para moradores, turistas e para o aquecimento do comércio.

Baseado em um discurso alicerçado na promoção de uma concepção de “cidade sustentável”, exaltam-se a melhoria da qualidade de vida, a recuperação do patrimônio histórico, arquitetônico e cultural. As narrativas de divulgação direcionam um plano que visa novos investidores e moradores com destino ao centro da cidade, local que concentraria trabalho, atividades comerciais, habitação e lazer. Brotam, com o estímulo e chancela da mídia local, expectativas de um renascer visando a projeção de um potencial movimentado *mix cultural* a partir da implementação do *Reviver Centro*. Desse plano que pressupõe a ressurreição da região central da cidade que, segundo o projeto, tem vivenciado o abandono e a degradação desde as últimas décadas, sendo acentuada com os impactos da pandemia de *Covid-19*, algumas parcerias entre o poder público e o setor privado são divulgadas inicialmente sem muita profundidade e de maneira genérica e imprecisa.

A partir disso, são apresentadas intervenções urbanas que teriam por meta: recuperar e restaurar prédios históricos, o que, como pontuado, elevaria o movimento do turismo na região. Outro ponto central do projeto é a acessibilidade, visando melhorias nos acessos e meios que viabilizariam a mobilidade urbana harmônica entre pedestres, ciclistas e a circulação de carros; o desenvolvimento das atividades comerciais locais, como sinalizado, teria por objetivo o estímulo à criação de negócios e novos empreendimentos, onde, por sua vez, valorizaria o

centro enquanto lugar de comércio e polo cultural, gerando, assim, emprego e renda aos cariocas. Além disso, destaca-se a promoção da cultura local por meio de eventos culturais e planos voltadas ao movimento e aquecimento do turismo na região.

No canal oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro na plataforma virtual *Youtube*³, em um vídeo de quatro minutos e vinte segundos mesclando imagens antigas e atuais do centro da cidade, apresenta-se uma narrativa histórica do Rio em uma espécie de linha do tempo que retrata velozmente as transformações de uma região que, com o passar dos anos, foi ganhando diferentes tons, perfis e representações. Com o vídeo, podemos visualizar uma composição imagética e discursiva que inicialmente destaca a mistura de cortiços, instalações com pequenos cômodos e casarões, seguindo dizendo que, hoje, o centro aglomera casas, prédios e uma potencial área comercial e turística. Conforme anunciado no vídeo postado em 22 de maio de 2021:

O Reviver Centro é um plano de recuperação urbanística, social e econômica da região central do Rio. O maior objetivo do plano é atrair novos moradores, aproveitando as construções existentes e terrenos que estão vazios há décadas. Além de uma série de isenções para projetos residenciais ou de uso misto, o plano prevê incorporar as regras do edital Pró-Apac que ofereciam benefícios aos donos de imóveis históricos interessados em sua recuperação. Criação de áreas verdes e estímulo à mobilidade limpa também fazem parte do projeto. (Canal da Prefeitura do Rio no *Youtube*, 2021)

Em tom efusivo, a voz masculina que narra o vídeo de divulgação exalta as transformações da cidade “rumo ao progresso”. Sem muitas contextualizações, cita ainda que após a Proclamação da República, no início do século XX, o então prefeito Pereira Passos pôs em prática um plano urbanístico na área central, derrubando o Morro do Castelo para que se aterrasse uma área para a nova cidade que surgiria. Nesse anúncio virtual, intercalando imagens aéreas capturadas por drones e fragmentos de diferentes ângulos das ruas, enquadrando dias ensolarados e prédios filmados de baixo para cima, o centro é promovido enfaticamente como lugar desencarnado e voltado para os negócios a serem explorados comercialmente.

É possível perceber na explanação a representação de uma vida urbana orientada por cenas de patrimônios cristalizados no imaginário carioca, como a Central do Brasil, a Catedral Metropolitana, a Avenida Rio Branco, o Porto Maravilha, o Museu do Amanhã, o Theatro Municipal, os Arcos da Lapa, entre outros. Fica evidente uma construção narrativa que projeta luz sobre investimentos realizados nos últimos dois mandatos do prefeito Eduardo Paes, entre

³ Vídeo de lançamento do Reviver Centro divulgado pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=stOtAkkFHvw>

2009 e 2017, onde exibem os investimentos na “reconstrução” do centro do Rio, com a derrubada da Perimetral, a construção do Túnel Marcelo Alencar, a repaginação da Praça Mauá, a construção do Museu do Amanhã e do novo MAR (Museu de Arte do Rio). Ademais, o anúncio cita ainda a ampliação de espaços públicos e a ligação da rodoviária ao aeroporto Santos Dumont pelo VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), cortando e conectando diversos pontos do centro da cidade.

Seguindo com uma locução que insinua uma linha histórica evolutiva urbana, foram, de forma acrítica, enfatizadas que, com o decorrer das décadas, “prédios comerciais inspirados em uma arquitetura europeia trouxeram, enfim, o progresso”. Dessa maneira, por meio de *flashes* e discursos estratégicos, constrói-se uma ideia de região central pela convivência de uma área de negócios e de um espaço cultural, compondo uma paisagem onde podemos encontrar escritórios, lojas comerciais, praças, teatros e universidades. Como gancho, foi ainda frisado no vídeo de anúncio um cenário onde ganha destaque um dos contrastes que, na atualidade, segundo o narrador, marcam a vida central do Rio, em que durante o dia podemos notar o movimento de trabalhadores e do comércio, e, nos fins de semana e à noite, observa-se “um grande vazio”.

Outro ponto sublinhado ressalta que entre as escavações para construção e o desenrolar do Projeto do Porto Maravilha, foi descoberto o Cais do Valongo, que recebeu o título de patrimônio histórico da humanidade pela Unesco, em 9 de junho de 2017, por ser o único vestígio material da chegada dos africanos escravizados nas Américas. Hoje transformado em um cenário “preservado” e promovido como rota turística que marca a memória afro-brasileira no Rio, podemos apontar para uma dentre tantas outras contradições que explicitam justamente os violentos processos de recentes remoções que ocorreram justamente nessa região, afetando e impactando, ironicamente, sobretudo a vida de pessoas pobres e negras (Mattos, 2013).

Ao divulgar o *Reviver Centro*, o vídeo intercala tons e ares de catálogo imobiliário e agência de turismo. Uma rota discursiva e urbana que busca, como enfaticamente grifado, atrair novos moradores e investidores, aproveitando prédios existentes e terrenos que poderiam abrigar novos empreendimentos. Isso seria possível, por exemplo, com incentivos e isenções para projetos residenciais e benefícios aos donos de prédios históricos interessados em sua “recuperação” para fins patrimoniais. Além disso, conforme apresentado, o projeto almeja incentivar lojas localizadas nos térreos dos prédios, o que, segundo a Prefeitura, daria “vitalidade e movimento às ruas do centro”.

Como anunciado ao final do vídeo de lançamento, no que diz respeito à moradia, um conjunto de ações teriam por objetivo “devolver ao centro da cidade o bairro habitado que ele

sempre foi desde sua fundação”. Ainda consta na divulgação que isso seria possível atraindo moradores de diferentes faixas de renda e classes sociais, incluindo locação social para universitários, cotistas e servidores públicos, além do plano de moradia assistida para pessoas em vulnerabilidade social.

O *Reviver Centro*, com forte apoio midiático, se coloca como um projeto que traria “humanização de uma região onde o Rio começou”, buscando, desse modo, “devolver ao carioca a possibilidade de morar em um dos pontos mais bonitos da nossa cidade [...] e recuperar a verdadeira alma do centro [grifo do autor]”. Alma essa que, como notamos na descrição do vídeo de lançamento no canal oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro, hoje perambula por uma região que se pressupõe morta e que necessitaria ser ressuscitada.

Desse modo, a prefeitura do Rio propõe benefícios para proprietários de lojas com suas fachadas localizadas de frente para as ruas, o que daria vida à região. Segundo consta no site da Prefeitura do Rio, o mapeamento de empreendimentos sem funcionamento enquadrou uma espacialidade que compreende as Avenidas Presidente Vargas, Rio Branco e Primeiro de Março, bem como a Rua da Assembleia e uma parte da Orla Conde. Como destacado, o perímetro contemplado fora estrategicamente concebido pelo poder público a partir de uma lógica econômica direcionada a determinados setores da sociedade.

Nessas ruas há 136 imóveis fechados, com potencial para receber centros culturais, galerias, livrarias, escolas de dança e outros projetos que queiram se instalar no Centro da Cidade, inclusive à noite e nos fins de semana. O projeto é de iniciativa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação (SMDEIS) e da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos (CCPar). O município vai custear um valor que pode chegar a R\$ 192 mil para a reforma dos espaços e a R\$ 14,4 mil para o pagamento de despesas mensais, como aluguel, luz e água. O secretário Chicão Bulhões avalia que é uma oportunidade para os proprietários reativarem esses espaços, já que precisam arcar com despesas como IPTU e condomínio. (Site da Prefeitura do Rio de Janeiro)

Como se não bastasse a promoção das ruas do centro, a cidade também se projeta aos céus. No *Reviver Centro*, além da venda em metros quadrados, o projeto contempla também o uso coletivo das coberturas e os telhados da área central, os *rooftops*. Como anunciado, essa idealização foi inspirada em empreendimentos “bem sucedidos” em Nova York e em São Paulo. A venda do horizonte da cidade como atrativo turístico contemplaria, no entanto, uma paisagem composta pelo encontro de importantes cartões postais da cidade. Essas “experiências” podem ser encontradas, por exemplo, em alguns hotéis e bares do centro, como no *Selina*, no *Hotel Fluminense* e em muitos outros. Vale pontuar que esses dois empreendimentos exemplificados foram recuperados desde os últimos Megaeventos que a cidade abrigou, como a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas de 2016.

Portanto, a partir de um pacto excludente, o Projeto de Lei número 11/2021 que constrói e institui a ideia do *Reviver Centro* traçando diretrizes e supostas metas que envolvem a revitalização de determinados pedaços do centro, tem falado diretamente a língua do setor empresarial. Assim, em uma verdadeira rifa urbana, o destino do patrimônio público e de certos espaços da cidade estariam entregues a novos valores monetários e comportamentais a partir das projeções de seus investidores.

Torna-se, por essa via, necessário que reflitamos a respeito do *Reviver* por meio da perspectiva dos conflitos que se articulam na cidade contemporânea como proposto neste artigo. Como apresentado, os investimentos e as aspirações empresariais rondam a cultura urbana buscando contornar e, do ponto de vista do capital financeiro, imprimir suas marcas em espaços considerados estratégicos da cidade. Quanto ao *Reviver Centro*, observamos que o anseio se faz com objetivo de ocupação da área central pela classe média e por empreendimentos privados, fechando os olhos para a população e diversos modos de vida que habitam essa região. Dessa forma, com o aumento dos valores atribuídos a esse espaço, novas dinâmicas e estratégias se articulam em benefício de certos grupos e na expulsão e segregação de outros segmentos da sociedade.

Como exemplo emblemático, cabe ressaltar as manifestações realizadas pelo Movimento Unido dos Camelôs (MUCA), que além de ocuparem um prédio desativado na Lapa desde 2023, vêm denunciando medidas adotadas pelo prefeito Eduardo Paes na expulsão de trabalhadores informais da Avenida Rio Branco. Os camelôs destacam que o projeto *Reviver Centro* não considera qualquer proposta relacionada às suas atividades e ao destino desses trabalhadores e trabalhadoras, assim como o potencial espaço que poderia servir para habitações de interesse social que, no entanto, vem sendo ignorado.

Pode-se dizer que com as propostas contidas no projeto em questão, que levaria inevitavelmente ao aumento da especulação imobiliária e da ocupação dessa região por valores *gourmetizados* e enobrecidos, revelam-se contradições e desigualdades que se materializam na cidade contemporânea. Portanto, o que se observa são projeções arbitrárias sobre a cidade que esbarram em vozes e corpos que estão a inventar uma outra concepção de vida urbana e modos de representar a cidade.



Figura 4 - “Reviver-Centro com os camelôs”. Fonte: Site do MUCA.

Holofotes sobre o Rio: os *Megaeventos* e a ideia de cidade enquanto mercadoria

O “reavivamento” proposto pelo *Reviver Centro* coloca em relevo dissonâncias e fricções sobre o espaço urbano. Algumas análises de projetos que atravessaram e reconfiguraram o centro do Rio apontam justamente para efeitos contraditórios e paradoxais na vida urbana, como podemos ver, por exemplo, em reflexões elaboradas por Antonio Edmilson M. Rodrigues e Juliana Oakim (2015) sobre os interesses em jogo que envolvem a construção da cidade. Por esse caminho, a noção de *cidade-negócio* é apresentada pelos autores ao questionarem as ações voltadas à gestão urbana do Rio de Janeiro.

Quando indagamos acerca de outras arbitrárias transformações sobre a cidade do Rio de Janeiro, Ricardo Freitas (2017) traz uma importante contribuição para questionamentos acerca dos emaranhados conflitos e disputas da e na cidade. As ideias de *cidade-espetáculo* e *cidade-mercadoria* são acionadas pelo autor para elucidar a construção da marca *RIO* e a relação dos *Megaeventos* com outros planos de intervenção, reinvenção e de consumo da cidade.

Para ilustrar a noção de *cidade-espetáculo* o autor trata do Rio no panorama de emblemáticos eventos onde a cidade se apresentou “para fora”, sendo “vitrine e palco de manifestações artísticas, culturais e arquitetônicas que a promoveram no início do século XX, inserindo o Rio de Janeiro e o Brasil no mundo pré-globalização” (Freitas, 2017. p. 49). Além disso, ao elaborar o conceito de *cidade-mercadoria*, Freitas coloca em realce discussões que abrangem as negociações, estratégias e conflitos entre agentes e administradores públicos e

empresários que visionam as cidades enquanto um produto a ser explorado, sobretudo pelo mercado do turismo, imobiliário e midiático no contexto contemporâneo.

Entendendo a cidade como um campo de disputas, o autor nos leva a refletir sobre eventos sediados no Rio de Janeiro nas primeiras décadas dos séculos XX e XXI: “a Exposição Nacional de 1908, a Exposição Internacional de 1922, a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 são os grandes eventos selecionados com o objetivo de ilustrar as abordagens sobre cidade-espetáculo e cidade-mercadoria.”. Como ressalta Freitas (2017):

Vivemos uma verdadeira era de eventos das mais diversas naturezas. O mundo dos negócios há muito percebeu que os eventos são formas de incrementar produtos e transformar suas histórias publicitárias, já que podem funcionar como uma tentativa de intervenção ou de operação na história de um grupo social. (FREITAS, 2017. p. 52)

O Rio é, por essa direção, apropriado por seus administradores “como uma cidade a ser consumida, onde o privado é prioritário em relação ao público” (Freitas, 2017). A proposta analítica de como o Rio de Janeiro pretendeu se mostrar para o mundo por meio dos *Megaeventos*, traz para reflexão indagações que entendem que o consumo urbano em termos mercadológicos, especificamente a partir do início do século XX, tem se consolidado enquanto uma “forma crucial de negociação entre as nações”. Torna-se inevitável, para tanto, não considerar a mídia nessa construção de um ideal de cidade e vida urbana. Para o autor, “a comunicação urbana contemporânea associa o consumo à produção cultural e mercadológica das metrópoles” (Freitas, 2017. p. 52-53).

Passa-se, por meio de estratégias discursivas midiáticas, a ampliar a divulgação de um imaginário de cidade que, no limite, nos revela que os espaços urbanos e as camadas de usos, tradições culturais e históricas que fazem a cidade se convertam em meros produtos mercadológicos voltados a reprodução comercial, como pontua Freitas ao trazer o caso do Rio de Janeiro para exemplificar essa dinâmica. Seja pelo exemplo das projeções sobre o Porto Maravilha e os *Megaeventos*, ou o Rio do início do século XX após a reforma promovida por Pereira Passos ao sediar a Exposição Nacional, em 1908, e a Exposição Internacional de 1922, a cidade se destaca por retratar um cenário onde:

A cidade-espetáculo depende dos eventos para sua projeção midiática. A cidade-mercadoria vale-se dos eventos, especialmente os de grande porte, como atributos da marca. Em ambos os casos, percebemos as estratégias comerciais que sempre estiveram por trás da relação entre o planejamento de eventos de grande porte e a mercantilização da cidade com vistas à valorização de sua marca, o que implica, na visão de profissionais de *branding* urbano, uma maior inserção no turismo internacional e nas bolsas de valores do mundo. (FREITAS, 2017. p. 52)

Para conceber a noção do Rio como *cidade-espetáculo*, que abriria portas para outros futuros eventos, o autor pontua que com a Reforma Passo, “a modernização do espaço também implicou a modernização de costumes, e além de operar uma série de modificações urbanísticas na cidade refletiu-se numa reformulação de hábitos dos cidadãos.” (Freitas, 2017. p. 54). Dentro dessa lógica, a capacidade de sediar e de organização dos eventos passa a ser entendida como uma forma de mostrar a cidade para o mundo como um destino promissor para investimentos estrangeiros, jogando holofotes sobre a inserção do Brasil em uma atmosfera de novas práticas tecnológicas e mercadológicas, portanto, capitalistas.

Nesse processo que envolve fortemente o esforço da comunicação urbana atrelando o consumismo às dinâmicas de produção cultural e mercadológica das cidades metropolitanas, um campo de narrativas em disputa se abre à investigação sobre a cidade. Para Mike Featherstone (1995), quando refletimos acerca da cultura do consumo e o pós-modernismo, podemos considerar que determinadas cidades metropolitanas “são centros de produção cultural que abrigam não somente as artes, mas também as indústrias culturais da moda, televisão, cinema, publicações, música popular, turismo e lazer” (1995, p. 136). Esse processo, segundo o autor, busca estimular uma concepção de cidade internacionalmente corporativa.

Para Ricardo Freitas, “os eventos, como percebemos, há muito se constituem, nas esferas políticas e econômicas, como importantes atributos da marca *BRASIL* e, especialmente, da marca *RIO*.” (p. 58). Assim, a principal meta para a concepção da *cidade-mercadoria* “é vender a imagem da cidade para que ela seja recipiente de recursos, investimentos, turismo e ganhos econômicos”, se tornando evidente na dinâmica do Rio dos *Megaeventos*.

As transformações sobre a cidade desencadeadas pelos *Megaeventos* foram pautas de entusiasmados discursos midiáticos. Estratégias discursivas e disputas narrativas que, envolvidas pelo *marketing* turístico, ao exaltarem a cultura nacional como um artefato a ser consumido, nos faz pensar que “os megaeventos têm se transformado em uma das importantes receitas turísticas do Brasil, tanto na área de entretenimento e lazer como também nos diversos campos dos negócios”.

A cidade pensada para os *Megaeventos* nos revela que as nebulosas negociações sobre a administração e o gerenciamento de empreendimentos públicos e privados ganham ruídos que precisam ser problematizados e pensados à luz das lutas por direito à cidade e à memória. Dessa maneira, distanciando-se do sentido público e ignorando as prioridades e problemas cotidianos da cidade dos moradores e trabalhadores, os espaços urbanos passam a ser meramente concebidos como mercadorias vinculadas a indústria do lazer e do turismo. No que diz respeito ao papel da imprensa e dos discursos midiáticos voltados ao alavancar das

estratégias de mercantilização que historicamente promovem a cidade do Rio de Janeiro como lugar do consumo urbano diante do mundo, o que se almeja, ao cristalizar esse caleidoscópio de transformações urbanas, é a construção da cidade como um artefato cultural globalizado que compete no mercado internacional das cidades.

Outra arbitrariedade que podemos evidenciar ao projetar luz sobre os *Megaeventos*, é o processo de remoções de favelas a partir da reforma do Porto no Rio de Janeiro no cenário urbano contemporâneo da cidade descrita por Romulo Costa Mattos (2014). As estratégias de promoção da cidade para o cenário internacional trouxeram para a região portuária o aquecimento do mercado imobiliário e o despejo e remoção da população que vivia nesse perímetro sob uma justificativa abusiva pautada na instrumentalização do alerta de risco ambiental. Segundo o autor,

o quadro atual da cidade torna cada vez mais evidente o objetivo de expulsão dos pobres das áreas valorizadas ou que serão contempladas com investimentos públicos. [...] Em outras palavras, esse planejamento não está focado nos habitantes, o que nos permite dizer que a cidade está sendo vendida para outros interesses.” (MATTOS, 2014. p. 3-5)

Essas transformações que ocorrem na cidade para sediar os *Megaeventos* revelam, como podemos perceber, as arbitrariedades que envolvem interesses jurídico, político e administrativo na promoção da cidade para novos usos, custos e valores. Isso pode ser, inclusive, pensado pelo projeto do Porto Maravilha, onde a projeção de um novo centro de negócios se fez a partir de violações do direito à moradia e à memória, como denunciado por movimentos de defesa pelos direitos humanos e de luta pelo direito à cidade.

Vale considerar que as forças do mercado e os interesses econômicos são cotidianamente atravessados e tensionados por uma cidade que pulsa e vibra. Enquanto empresários, políticos e a mídia reverenciavam com holofotes e esplendor as transformações e o “renascimento” da cidade a partir dos *Megaeventos* ou do *Reviver Centro*, as ruas nos mostram diversas formas de manifestações, agenciamentos e a criação de comitês populares. Por esse caminho, Romulo Mattos destaca que a presença de “movimentos sociais, ONGs, instituições acadêmicas, lideranças populares e os atingidos pelas ações da Prefeitura – incluindo aqui os moradores da região portuária – têm se mobilizado contra o modelo de política urbana implementada no Rio de Janeiro.” (Mattos, 2014. p. 9).

Nesse jogo de enquadramentos sobre a cidade, a espacialidade das formas de dominação se pulveriza e materializa nas tramas da vida cotidiana. Os apontamentos que se erguem nos levam a pensar a respeito dos processos de construção e administração dos espaços urbanos,

como podemos elucidar por meio dos pontos elaborados por Roberta Sampaio e João Paulo M. Castro (2023) em uma reflexão sobre *a gestão empresarial das memórias sensíveis*, onde analisam os poderes, sentidos e práticas em torno do Cais do Valongo no Rio de Janeiro.

A análise parte de um olhar sobre as transformações pelas quais essa região, localizada no centro da cidade, passou ao longo do tempo, onde no início do século XIX, como mostram os autores, “os historiadores estimam terem aportado 900 mil africanos escravizados” (p. 63), ou no século XX, com as mudanças “modernizadoras”, o lugar foi aterrado dando lugar a uma praça. Sampaio e Castro (2023) nos contam ainda que em 2011, durante escavações arqueológicas, suas ruínas foram descobertas e reconhecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como sítio arqueológico e histórico de memória sensível.

Com isso, os autores partem do olhar para documentos oficiais e de trabalho de campo para elucidar os entraves institucionais e o papel do movimento negro no processo de patrimonialização do Cais do Valongo. Hoje, esse espaço pode ser considerado um patrimônio que compõe um circuito turístico que recebe visitas guiadas oferecidas por guias e agências de turismo, ainda que venha sofrendo com o descaso e falta de conservação por parte do poder público. Sampaio e Castro consideram que:

dentro do competitivo mercado das memórias, e levando em conta inclusive o contexto de desinvestimento em políticas raciais da gestão federal de Jair Bolsonaro (2019-2022) e de desaquecimento da indústria turística em função da pandemia da Covid-19, podemos afirmar que o espaço se tornou uma referência na promoção da memória pública da escravidão. (SAMPAIO, CASTRO, 2023, 77)

Desse modo, buscando investigar as controvérsias do “sucesso patrimonial” a respeito do Cais do Valongo, os autores destacam a construção simbólica desse referencial, que se deu por meio da disputa entre forças que envolveram estratégias locais, nacionais e internacionais a partir da administração e legislação pública, dos movimentos sociais, de produções intelectuais, do setor privado e etc. Para essa discussão, Sampaio e Castro (2023) traçam indagações sobre o projeto *A Rota do Escravo*, desenvolvido pela Unesco durante os anos 1990, que pode ser entendido como um dos destaques que impulsionaram ações e estratégias relacionadas aos sentidos e significados das memórias sobre o período da escravidão no Brasil, repensando, portanto, as narrativas acerca do lugar patrimonial da cultura negra do Brasil.

Ademais, os autores analisam o contexto de inserção do Brasil no cenário “do mercado turístico dos lugares de “memórias sensíveis” e a inscrição do sítio arqueológico do Cais do Valongo como patrimônio mundial.” (p. 77). Dessa reflexão, que envolvem articulações dos movimentos sociais e o fortalecimento de agendas políticas voltadas às pautas raciais nas

gestões federais anteriores do governo PT a partir de 2003, Roberta Sampaio e João Paulo Castro sinalizam um contexto que abarcou “uma articulação social complexa que o discurso de identidade afro-brasileira se integrou às novas dinâmicas da acumulação do capital e de mercantilização de práticas culturais.” (Sampaio; Castro, 2023, p. 78)

Contudo, quando indagamos a respeito do legado dos *Megaeventos* para o Rio de Janeiro, podemos considerar, a partir das reflexões articuladas por Ricardo Freitas, que:

O que prevaleceu na Copa de 2014 e nas Olimpíadas de 2016 foi a diversidade de negócios que movimentou a publicidade, o jornalismo, o marketing e as relações públicas, ignorando, na maioria das vezes, as prioridades da cidade. As intervenções feitas desde 2010 no Rio de Janeiro para a Copa e as Olimpíadas, por exemplo, não contaram com participação efetiva dos verdadeiros usuários da cidade. Assim, preparou-se uma cidade-espetáculo que pouco modificou o cotidiano bastante conturbado de seus moradores e trabalhadores. [...] Com um século de diferença, percebemos claramente que as estratégias de marketing urbano mudaram de acordo com os tempos e as tecnologias, mas seu objetivo principal continuou o mesmo: transformar a metrópole em um produto global e competitivo no mercado internacional das cidades. A formulação da ideia de cidade-espetáculo no início do século XX, que partiu dos atributos naturais de sua geografia, mas com imaginários de Europa, teve como finalidade a mercantilização dessas características para atrair investimentos e turismo. (FREITAS, 2017, p. 64)

A apreensão da cidade por meio do consumo urbano, do turismo e do mercado imobiliário, permite que se coloquem considerações acerca da ideia de cidade como espetáculo e mercadoria. O olhar para as arbitrárias e seletivas transformações urbanas ocorridas no Rio de Janeiro pelas atividades desencadeadas dos *Megaeventos* chamam, dessa forma, atenção para uma concepção de cidade que se mostra em violentos processos de exclusão, pelo papel da mídia nessas dinâmicas, e pela articulação de movimentos sociais.

Em meio a um contexto de crescimento e reconfiguração do espaço urbano, a cidade contemporânea se traduz por suas diferenças, contradições, violações e criação de focos de resistência e lutas políticas. Essa mirada aponta inevitavelmente para algumas pistas que nos conduzem a pensar urbanidades plurais e a potência de novas relações possíveis que se constroem para além dos usos da cidade que sugerem uma ideia de espaço urbano segregado, desigual e sem vida.

Considerações sobre a assim chamada “verdadeira alma do centro”

Como vimos, a cidade se desenha por uma polifonia de narrativas, interesses e sentidos. Ruídos que produzem interrogações e a percepção de que a vida urbana se faz por contrastantes e diferentes vozes, nos fornecem caminhos para pensar o espaço urbano contemporâneo do Rio de Janeiro. A partir da descrição e de questionamentos sobre o *Reviver Centro*, tornou-se

possível traçar algumas curvas reflexivas que revelam as tensões inerentes aos espaços urbanos e a efetiva falta da participação popular na elaboração de projeções sobre a cidade em termos de políticas públicas.

Desse modo, o que se desenha neste trabalho se orienta na direção contrária de um olhar que pressupõe que a cidade está morta e que necessita de um ritual de avivamento que resgataria sua “verdadeira alma”, como sinalizado no *Reviver Centro*. É evidente que investimentos, melhorias e reparos são urgentes e necessários, porém, as propostas de transformações devem levar em conta as vozes que fundamentalmente vivem e fazem o dia a dia da cidade.

Ademais, cabe ainda questionar a assim chamada “verdadeira alma das ruas” prescrita enquanto meta central no projeto. Na direção contrária, João do Rio (2013), com suas passagens pelo centro, descreve uma ritualística de novidades que transformaram a cidade rumo ao conturbado “progresso”, questionando, entretanto, a noção glamourizada da modernidade. Em suas crônicas, o autor narra novas relações sociais que se desenrolavam na cidade, especificamente nas ruas.

João do Rio (2013) apresenta as brechas de uma cidade ofuscada pelas luzes dos holofotes da modernidade, apontando *a alma encantadora das ruas* como caminho vertiginoso para pensar uma cidade que se desenha na ambiguidade de suas contradições, contrastes e desigualdades. As transformações ocorridas no Rio de Janeiro do início do século XX, com a abertura de ruas e avenidas construindo vias para novas tecnologias e relações que passaram a ocorrer a partir dessas mudanças, são ilustradas pelo cronista nos mostrando as singularidades de uma cidade que se construía de forma excludente e segregada.

As mudanças na estrutura urbana e na vida da cidade são descritas pelo autor dando fundamental atenção ao cotidiano, tornando, com isso, visível a turbulência e a velocidade do ritmo que a modernidade impunha. Por essa via, João do Rio nos provoca pensar a cidade não apenas por meio das instituições de poder e das autoridades legitimadas pela modernidade. O que se apresenta são atalhos que se colocam como caminhos de acesso para apreensão de uma atmosfera urbana que se faz na ambivalência das novas relações e sociabilidades que a população passaria a experimentar nos espaços abertos pelo “progresso”.

Nas crônicas contidas em *A alma encantadora das ruas*, percebemos a alteração fugaz na ambiência urbana acompanhada de mudanças na vida e nos costumes da cidade do Rio de Janeiro. Suas descrições trazem o tom dos ritmos e das mudanças que ocorriam ao mesmo tempo em que vivia a cidade e produzia seu olhar sobre a realidade pela lente do presente, o que sugere a visão sobre as ruas como frutuoso campo de observação por uma ótica que não

repousa e que se faz no movimento e na atenção à velocidade engrenada pela modernidade carioca.

Pelas ruas percorridas por João do Rio, abrem-se discussões sobre um modo de vida mediado por uma urbanidade registrada entre instantes e detalhes cotidianos, cenas, descobertas e passagens ébrias. Dessa maneira, João do Rio se abre a seu tempo e à cidade onde habitava e percorria, apresentando cortes e pedaços da vibração das ruas que, a rigor, nos mostram as nuances das contradições que compunham a vida urbana da então capital brasileira no contexto de representações pomposas a respeito da *Belle Époque*.

Tendo em mente a apropriação de determinados conceitos pelo poder público em seus discursos com informações rasas e sem as devidas problematizações acerca das transformações nas cidades, como considera Flávio Bartoly (2018) *sobre a revitalização da Lapa*, podemos indagar a respeito de um processo de desinformação urbana como estratégia de promoção da cidade. Dessa reflexão, vale apontar para o vídeo de divulgação e promoção do *Reviver Centro*, que, ao trazer a ideia do renascimento da “verdadeira alma” das ruas, faz uma clara alusão ao espírito da cidade do João do Rio. Cidade essa que, por sua vez, se faz distante de um catálogo de cidade à venda como divulgado pela Prefeitura e pela crítica a concepção de progresso exaltado pela modernidade.

Considerando os habitantes, os usos e as camadas de histórias que corporificam o centro do Rio que, como pressuposto do projeto, estariam sem vida e vagando pelas ruas como fantasmas, merece ainda questionar o que se busca renascer em uma paisagem urbana que atualmente encontra-se no radar de fortes expectativas e especulações mercadológicas. De acordo com alguns estudos urbanos contemporâneos sobre o centro do Rio de Janeiro, algumas especificidades sobre essa região não podem ser desconsideradas quando pensamos a ideia de cidade-negócio, sobretudo a partir do que se convencionou chamar de *Megaeventos*.

Assim, por meio dos ruídos produzidos nessas dinâmicas que envolvem o poder público, empreendimentos privados, organizações da sociedade civil e comunidade local, é possível apontar para um olhar em que o *Reviver Centro* compila e simplifica complexos problemas urbanos históricos sob a promessa de mágicas resoluções. Desconsidera-se, portanto, apontamentos a respeito de alguns dos dilemas presentes nos usos e sentidos da cidade contemporânea e as complexas relações entre o setor público e privado, bem como os usuários da cidade, que são fundamentais para apreensão da vida urbana e dos descompassos que a atravessam.

É necessário destacar, dessa forma, a necessidade e importância que o projeto *Reviver Centro* se construa acompanhado de um amplo e inclusivo debate com a população diretamente

envolvida e afetada pelas transformações que se anunciam. O que se insinua, com isso, é a concepção de uma cidade democrática e menos excludente, que se construa de maneira mais justa, acessível e entendendo que quem pratica o espaço também o produz cotidianamente entre astúcias e táticas diversificadas.

Considerando as possibilidades de relações que podemos estabelecer entre a construção das cidades, as desigualdades e os marcadores sociais das diferenças que a estruturam, não podemos abafar o seu caráter segregado, excludente e violento, que fundamentalmente constitui tais processos e dinâmicas urbanas. Ocupações, remoções, reintegrações e a luta pelo direito à cidade de maneira ampla, por exemplo, passam, nesta análise, a fazer parte do cotidiano das dinâmicas urbanas contemporâneas que formam e auferem vida e “novos” significados às cidades.

Passos etnográficos em João do Rio

Quando pensamos a partir do caso do centro, somos levados a conceber que a cidade que existia há séculos ainda existe viva no presente da área urbana do Rio. Isso significa, em termos urbanísticos, que uma série de narrativas entre o passado e presente podem ser encontradas na dimensão histórica e estrutural do bairro, onde se sobrepõem camadas de práticas que passaram e que ainda resistem na paisagem aqui investigada. Entre seus usos e *contra-usos* (Leite, 2000), fronteiras consolidadas e instáveis, o centro que se faz no contemporâneo indica relações que espelham entraves relacionadas ao contexto político, econômico e social, bem como às redes de sociabilidades e circulação de múltiplas identidades.

Enquanto empresários e políticos reverenciavam a ressurreição do centro no *Rio Scenarium*, do lado de fora observamos que a cidade está viva. A presença de inúmeros movimentos sociais e manifestações políticas sobre o espaço urbano mostram um campo em disputas e uma concepção de cidade que se faz de maneira ambivalente em suas muitas significações. Uma cidade historicamente marcada por transformações, tanto em sua estrutura física, quanto em sua vida cotidiano, foi descrita por uma série de autores que destacaram as expectativas projetadas sobre a vida urbana.

João do Rio, em suas caminhadas analíticas, traz relevantes contribuições ao campo interdisciplinar dos estudos urbanos. O caráter etnográfico de suas reflexões foi abordado pela antropóloga Julia O'Donnell (2008) ao apontar um método de observação e registro da cidade que se aproximava das investigações que, à época, estavam sendo produzidas no Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade de Chicago, nos Estados Unidos. A autora

ressalta que as pesquisas desenvolvidas por Robert Park e seu papel enquanto representante da Escola de Chicago, bem como a influência teórico-metodológica de Georg Simmel, onde a cidade passava apreendida a partir de suas transformações e como “expressão e produtora de estilos de vida e visões de mundo” (O’Donnell, 2008, p.9).

As aceleradas transformações urbanas, que afetam a vida das pessoas e de certos grupos sociais, eram compreendidas por pensadores da Escola de Chicago por meio de investigações que davam destaque a temas como criminalidade e violência urbana, espacializando, com isso, “problemas” sociais e territorialidades marginalizadas inscritas em *regiões morais*. Assim, com a cidade de Chicago transformada em uma espécie de campo investigativo no início do século XX, algumas questões metodológicas sugerem uma discussão a respeito do lugar do pesquisador no fazer ciência e na intervenção no cotidiano da cidade.

A cidade passava, dessa forma, a ser tomada enquanto objeto que fornecia abrigo às questões relativas ao método qualitativo a partir do trabalho de campo e da utilização de arquivos e documentos que diziam sobre seu funcionamento. As contribuições de Georg Simmel e Robert Park, por exemplo, foram produzidas em um contexto de significativas mudanças nas cidades em que viviam e, com as óbvias ressalvas, nos levam a pensar aproximações com a forma de observação acerca da cidade vivenciada por João do Rio. Para a autora:

A Berlim de Simmel e a Chicago de Park serviram, portanto, como pontos de partida para questionamentos que, extrapolando as fronteiras das próprias cidades, serviriam a uma tradição de estudos a que, hoje, chamamos de antropologia urbana. Assim como eles, João do Rio, nosso etnógrafo *honoris causa*, também documentava e refletia sobre a urbanização da cidade, atentando para as transformações que esse processo provocava nos habitantes, seus costumes, suas interações e, em suma, sua sociabilidade. Não é irrelevante que, além da temática e do contexto, João do Rio coincida também temporalmente com Simmel e Park. Seus métodos de observação e descrição de sensibilidade etnográfica vieram à luz justamente no período em que surgia, em Chicago, a ideia de cidade como laboratório para a etnografia. Essa coincidência temática e temporal revela que a obra do cronista carioca apresenta uma forte ligação com a antropologia das grandes cidades, tanto nos assuntos por ele escolhidos como na narrativa por ele desenvolvida (O’DONNELL, 2008, p. 20)

João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto, popularmente conhecido como João do Rio, viveu entre 1881 e 1921. Com seu olhar jornalístico descrito em crônicas do cotidiano, desenvolveu, conforme analisa Julia O’Donnel, uma “sensibilidade etnográfica” que possibilitou que fossem registradas críticas em forma de fragmentos da cidade pela qual percorria entre os diversos mundos do Rio de sua época. Dos encontros no espaço urbano percorridos e vivenciados, tornou-se possível a construção de uma ideia de cidade complexa, contraditória e heterogênea, que “cresce, muda e se diversifica”.

A atmosfera do mundo moderno que a cidade estava envolvida, indicava a velocidade com a qual as transformações eram imputadas. Modos de vida que passavam a ser atravessados por uma série de transformações e intervenções urbanísticas, demolições de determinadas edificações, remoções seletivas, construções de avenidas e ruas, bem como a presença de novas tecnologias na produção da cidade, reconfiguravam a estrutura física e as relações estabelecidas no cotidiano da vida urbana do início do século XX.

Assim, por meio do olhar para as controvérsias expressas no processo de modernização da cidade, João do Rio nos mostrava que alguns grupos eram privilegiados pelo contraditório progresso, e outros, paralelamente, eram varridos para debaixo dos tapetes e jogados para escanteio. Desse modo, sua análise coloca em relevo fronteiras e circulações entre diferentes mundos que se reconfiguravam no novo cenário que se anunciava.

Portanto, suas críticas à cidade e à modernidade tomando o Rio de Janeiro como campo investigativo, contornam uma observação do cotidiano onde “sua própria imagem pública era uma alegoria no *ethos* da metrópole” (p. 15). Conforme descreve O’Donnell:

Mas falar em Paulo Barreto não significa fazer menção apenas à sua prolixidade profissional. Para além de sua (merecida) fama como jornalista que alterou muitos padrões profissionais no país, sua figura era parte da paisagem social da belle époque carioca, numa presença sempre marcada pela polêmica. Negro, calvo, gordo e homossexual, a personagem João do Rio descolou-se de sua matriz biográfica (João Barreto) e garantiu espaço no inventário de seu tempo. Com seus fraques sempre verdes, sua presença era indisfarçável e seu público jamais era neutro. Odiados ou amados, respeitados ou desprezados, João do Rio e sua obra devem ser analisados sempre nos termos de sua simbiose. (O’DONNELL, 2008, p. 14-15)

A forma minuciosa com a qual encara a cidade pode ser entendida por seu “temperamento etnográfico”, adentrando em camadas sensíveis da vida urbana pelo processo de urbanização e crescimento da cidade. A dimensão carnal do Rio seria, no entanto, um caminho viável para pensarmos as maneiras que os habitantes da cidade percebiam e reagiam ao crescimento irreversível da urbe mediada por novos padrões de comportamento que surgiam desse contexto.

Suas descrições densas realizadas por meio de observação participante, tal como proposto e discutido pelo método etnográfico, provocam um olhar para cenas da vida ordinária da cidade praticadas pelo *homo urbanus tropical*. Os paralelos entre o exercício do cronista e suas crônicas e o etnógrafo e a produção de seus diários de campo, podem ser analisados pela possibilidade de se adentrar em brechas que são, muitas vezes, soterradas por um olhar histórico macro e oficializado institucionalmente. Dos novos papéis e interações sociais que emergem e são narradas por João do Rio, a dimensão sensível da cidade aponta para um tipo

específico de individualidade que se escreve entre angústias, prazeres e padrões de comportamento que passariam a ser abordados pelas ciências humanas de maneira mais ampla.

João Carlos Rodrigues (1996; 2010) apresenta o jornalismo de João do Rio, por sua vez marcado por reportagens e entrevistas *in loco* em formato de crônicas, onde eram escritas em primeira pessoa e configuravam um estilo literário próprio. Rodrigues ressalta sua importância na história literária brasileira enquanto cronista preocupado com a descrição de diversos aspectos da vida social urbana da então capital do Brasil, não apenas delimitado ao centro do Rio impactado pelas reformas modernizadoras. O autor também tocou em pontos como a pobreza das favelas, a cultura suburbana, os terreiros de umbanda e candomblé, os teatros, os cabarés e as casas de ópio.

Os detalhes do cotidiano captados por João do Rio, descortinam, portanto, uma cidade que se faz por meio de códigos culturais, esbarradas de ombros, passos trôpegos e críticas sociais contundentes às relações entre o poder público e a população carioca de sua época. Ainda que suas ideias sigam atuais, o autor não saiu ileso de processos de apagamentos históricos que soterram e marcam as memórias de nossas cidades dos dias de hoje, o que pode ser percebido, por exemplo, a partir do nome de uma rua localizada no bairro de Botafogo, na zona sul da cidade.

Na placa que orienta e organiza a circulação na cidade, não existe sequer uma menção referente ao cronista. Poucas pessoas associam o nome indicado na placa da rua ao João do Rio, ainda que ele tenha ganhado fama e representado uma conhecida importância cultural, como percebemos nas descrições produzidas, por exemplo, por Julia O'Donnell e João Carlos Rodrigues a respeito da multidão que acompanhou seu funeral. Como foi noticiado pela imprensa, o cortejo fúnebre contou com a presença estimada de 100 mil pessoas que seguiram seu caixão pelas ruas do centro do Rio até o Cemitério São João Batista, em Botafogo. Essa passagem expressa, no entanto, o lugar que João do Rio ocupava no cenário cultural da modernidade carioca e, hoje, o processo de desmemorização e descorporificação que reconfiguram a história da cidade e de determinados corpos que nela se escrevem.

Bibliografia

BARTOLY, Flávio. Sobre a revitalização da Lapa: o lugar do espetáculo. In: **Dominação e apropriação na luta por espaço urbano**. Organizado por Márcio Piñon de Oliveira, Flávia Elaine da Silva Martins, Letícia de Carvalho Giannella. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil – 1900**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 5ª Edição, 2005.

FAZZIONI, Natália Helou. Entre a rua e o bairro: etnografia de um espaço em movimento. In: **Revista Iluminuras**, v. 16, n. 36, Porto Alegre, 2014. p. 287-307.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo, Nobel, 1995.

FREITAS, Ricardo. Da cidade-espetáculo à cidade-mercadoria: a comunicação urbana e a construção da marca RIO. **Revista Eco Pós. Comunicação urbana**. Vol. 21, Nº3, 2017, p. 49-65.

LEITE, Rogerio Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na *Manguetown*. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 17 nº 49 junho de 2002.

LEITE, Rogerio Proença. A exaustão das cidades. Antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 72, fevereiro de 2010.

MATTOS, Romulo. Megaeventos, remoções de favelas e reforma do porto no Rio de Janeiro do tempo presente. **Anais XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal: ANPUH, 2014.

OAKIM, Juliana. “Urbanização sim, remoção não”. In: **A atuação da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara nas décadas de 1960 e 1970**. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-Graduação em História: UFF, Niterói, 2014.

O’DONNELL, Julia. **De olho na rua: a cidade de João do Rio**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2008.

REZENDE, Vera. **Planejamento urbano e ideologia. Quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

RIO, João do. “A rua”. In: **A alma encantadora das ruas**. 2ª edição. São Paulo: Martin Claret, 2013.

RODRIGUES, Antonio Edmilson M. e OAKIM, Juliana. “As reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro”. In: **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015, pp. 19-53.

RODRIGUES, João Carlos. **João de Rio: Vida, paixão e obra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.

RODRIGUES, João Carlos. **João do Rio. uma biografia**. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 1996.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

SAMPAIO, Roberta. CASTRO, João Paulo M. A gestão empresarial das memórias sensíveis: poderes, sentidos e práticas em torno do Cais do Valongo no Rio de Janeiro. **Tempo Social, Revista de sociologia da USP**, v. 35, n. 2, 2023.